

Google terá de explicar pornografia infantil no Orkut

A CPI da Pedofilia aprovou ontem a convocação do diretor-presidente do Google no Brasil, Alexandre Hohagen, para depor na próxima quarta-feira, dia 9. Ele terá de esclarecer denúncias de que o *site* de relacionamento social Orkut, pertencente ao Google, abrigaria mais de 3 mil endereços com pornografia infantil. Também foi convocado o diretor de comunicação do Google, Félix Ximenes. **Página 6**

Extrativismo para sobrevivência

Com apoio do senador João Pedro, comunidade de Tapauá (AM) pede liberação de caça, pesca e coleta na Reserva de Abufari. **Página 2**

TRE pode divulgar processo criminal

Pedro Simon quer aprovar proposta para que eleitores saibam quais candidatos respondem a ação criminal e por quebra de decoro. **Página 7**

Emirados podem trazer bilhões ao país

Indicado para embaixada, diplomata informa que Emirados Árabes podem investir recursos de fundos soberanos no Brasil. **Página 8**

Mais uma CPI para cartões. E Dilma é convocada

Garibaldi conclama líderes a definir pauta de trabalho



Leopoldo Silva



Debate na Comissão de Infra-Estrutura: Heráclito Fortes (E), Romero Jucá, Flexa Ribeiro, João Ribeiro e Serys Silhessarenko



Entre Simon (E) e Agripino, Virgílio defende requerimentos, afinal rejeitados pela CPI Mista dos Cartões Corporativos



Chegam à CPI 72 caixas com documentos encaminhados pelos ministérios do Planejamento e da Previdência Social

O dia de ontem foi marcado por embates entre governo e oposição. A CPI Mista dos Cartões rejeitou 29 requerimentos, mas a Comissão de Infra-Estrutura convocou Dilma. Garibaldi marcou para terça a criação de nova CPI

A maioria governista rejeitou, na CPI, 29 requerimentos para que funcionários públicos fossem ouvidos sobre o uso de cartões corporativos. Já a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura aprovou a convocação da ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, para falar sobre obras do PAC. A comissão chegou a acolher um aditamento para que Dilma também tratasse de cartões corporativos e do vazamento de dossiê sobre gastos do governo Fernando Henrique. Mas esse requerimento foi retirado. No Plenário, Virgílio e Agripino cobraram a leitura imediata do pedido de criação de CPI exclusiva do Senado para investigar cartões, mas concordaram com pedido de Garibaldi para que a leitura seja feita na próxima terça-feira, após reunião de líderes partidários. **Páginas 4 e 5**

Grupo de trabalho da CRA estudará alternativa para moradores de município que sedia o parque Abufari, onde a caça, a pesca e a coleta estão proibidas desde 1982

População quer abrir reserva biológica para o extrativismo

A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) criou um grupo de trabalho para estudar a demanda dos moradores de Tapauá (AM) pela transformação da Reserva Biológica de Abufari em área extrativista. Em audiência realizada ontem, representantes da comunidade defenderam a mudança como saída para a sobrevivência de quase 1.600 pessoas.

Os senadores vão ouvir representantes de órgãos públicos, autoridades e entidades locais para, em 50 dias, apresentar alternativas. Desde a criação da reserva, em 1982, a caça, a pesca e a coleta foram proibidas. Escolas e unidades de saúde não podem ser construídas na área, de preservação integral, aonde nem sequer benefícios como o Bolsa Família chegam.

O parque é atravessado pelo rio Purus, um dos maiores afluentes do Amazonas. Além da diversidade de peixes, a área abriga um dos maiores bancos de reprodução de quelônios (tartarugas, tracajás e iaias) do país. Para os moradores, a reserva foi criada sem que se levassem em conta as famílias que habitavam o local à época. Ninguém recebeu indenizações ou proposta de remanejamento.

– Somos prisioneiros. Nem podemos usufruir dos bens da natureza, nem temos como sobreviver de outro modo – lamentou Francisco Laurentino, descendente de um dos seringueiros que chegou ao local no início do século passado.

Ele reforçou denúncias de que a população é perseguida por agentes do Ibama. As ações não se limitam,



Ao lado de Almino Albuquerque, prefeito de Tapauá (D), João Pedro chefiou reunião da CRA

segundo ele, à apreensão de produtos da natureza e incluem invasões de casas e ameaças com armas de fogo. As medidas, disse, persistirão apesar da mudança da lei que garante atividades de subsistência em áreas de proteção enquanto não houver indenizações e remoções.

– Somos considerados ladrões daquilo que sempre foi nosso – afirmou Marta Valéria Cunha, que vive no local e coordena a Pastoral da Terra no Amazonas.

Arbitrariedade

O prefeito de Tapauá, Almino Albuquerque, defende a reclassificação da reserva como área extrativista, mesmo que a medida alcance parte dos 288 mil hectares do parque. Ele argumentou que nunca houve pesquisas na área, o que quebra uma das justificativas para criação da reserva. Já o padre Fernando Redondo acusou o governo de estar mais preocupado em proteger animais que pessoas.

O senador João Pedro (PT-AM) vai pedir que membros da CRA

visitem a região. Ele defendeu em Plenário a transformação da reserva em área extrativista, que deve ser proposta em projeto de lei. Segundo o senador, a principal atividade das pessoas da área é a pesca, que, desde 1982, se transformou em atividade clandestina. Para ele, “a presença das populações tradicionais é fundamental para a proteção desses espaços”.

Com o prefeito de Tapauá, o senador pediu o apoio do presidente do Senado, Garibaldi Alves, para o projeto. João Pedro assegurou que populações tradicionais não destroem a Amazônia e, sim, preservam florestas e rios. Garibaldi apoiou a iniciativa.

Néliton Marques da Silva, presidente do Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas, e Júlio César Gonchorosky, diretor do Instituto Chico Mendes, admitem que a reserva foi criada de forma arbitrária. Já o diretor do Incra, Marcos Kowarick, cobrou a indenização à população local.

Reserva Biológica do Abufari

Está no município de Tapauá, a 450 km de Manaus. 225 famílias, ou 1.571 pessoas, vivem nos 288 mil hectares da reserva, às margens do rio Purus.

As reservas biológicas são a modalidade mais rígida de preservação e só podem ser freqüentadas para pesquisas.

Fonte: Audiência pública da CRA e IBGE.



Tapauá (AM)

O município de 89.324 km² tem 19.453 habitantes (2007) e Produto Interno Bruto de R\$ 52,9 milhões (2005).

Mozarildo defende uma saída pacífica para reserva em Roraima

Roraima, de maneira pacífica, apela ao presidente Lula para que adote medidas a fim de evitar o conflito iminente na reserva Raposa Serra do Sol. O apelo está na Carta de Roraima, lida pelo senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), assinada pelo governador, José de Anchieta Júnior, e por parlamentares municipais, estaduais e federais do estado.

A demarcação da reserva indígena, em 2005, deflagrou conflitos, pois os não-índios, como os produtores de arroz, foram obrigados a deixar a região. Segundo Mozarildo, há inúmeras ações no Judiciário questionando a decisão. As desavenças recomeçaram com a retomada da Operação Upatakou III, da Polícia Federal, para retirada dos não-índios da reserva.

Para resolver o conflito, o governador José de Anchieta e o ministro da Justiça, Tarso Genro, devem se reunir em breve. Mozarildo vai acompanhar o processo de retirada dos não-índios para “garantir os interesses nacionais



Leopoldo Silva

Mozarildo reclama que sugestões de comissões do Congresso foram ignoradas

e do povo roraimense”.

– Embora descrente da sensibilidade deste governo, endosso a tentativa do governador de buscar uma saída pacífica para os que têm guardado nossas fronteiras com seus recursos, sua saúde e suas vidas – disse.

Mozarildo afirmou que existem famílias indenizadas injustamente, sem indenização ou reassentamento e assentadas de maneira indigna. Ele reclamou que sugestões de comissões temporárias do Parlamento “foram ignoradas”.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário do Senado

A sessão às 9h é não-deliberativa, destinada apenas a pronunciamentos dos senadores. Entre os inscritos estão o senador Gilvam Borges (PMDB-AP), Serys Slhessarenko (PT-MT) e Pedro Simon (PMDB-RS).

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Garibaldi Alves Filho

1º Vice-Presidente: Tião Viana

2º Vice-Presidente: Alvaro Dias

1º Secretário: Efraim Moraes

2º Secretário: Gerson Camata

3º Secretário: César Borges

4º Secretário: Magno Malta

Suplentes de Secretário: Papaléo Paes, Antônio Carlos Valadares, João Claudino e Flexa Ribeiro

Diretor-Geral do Senado: Agacieli da Silva Maia

Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios

Diretora de Jornalismo: Maria da Conceição Lima Alves

Diretor do Jornal do Senado: Davi Emerich (61) 3311-3333

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, João Carlos Teixeira, José do Carmo Andrade e Juliana Steck

Diagramação: Henrique Eduardo Lima de Araújo e Iracema F. da Silva

Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquéias D. de Moraes

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima

Arte: Cirilo Quartim

Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327

Chefia de reportagem: Denise Costa e Moisés de Oliveira (61) 3311-1670

Edição: Maria Lúcia Sigmarina e Rita Nardelli (61) 3311-1151
O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações
www.senado.gov.br/jornal | jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61-2211 - Fax: (61) 3311-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar – 70165-920 Brasília (DF)

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Garibaldi Alves, Tião Viana, Gerson Camata, Eduardo Suplicy e Gim Argello



Azeredo participou, em Estrasburgo, de conferência sobre combate ao cibercrime

Azeredo pede nova legislação sobre crime cibernético

Eduardo Azeredo (PSDB-MG) informou ter participado, terça e quarta-feira, da Conferência Internacional sobre Legislação de Combate aos Cibercrimes, realizada em Estrasburgo, na França. O senador alertou para a necessidade de o Brasil aprimorar sua legislação sobre o tema, colocando-se, assim, em condições de ser signatário da Convenção Internacional contra o Cibercrime. Conhecido como Convenção de Budapeste, o documento já foi assinado por vários países da União Européia, além de Japão, Estados Unidos, Coreia do Sul e África do Sul.

– Países que têm uma economia ou uma importância política menor que o Brasil já aderiram à convenção, que trata do combate a crimes que estão cada vez aumentando mais: os crimes via internet e via redes de comunicação como um todo – comentou.

Virgílio cobra acordo para pôr fim a greve na Receita Federal

Arthur Virgílio (PSDB-AM) cobrou ontem providências do governo federal no sentido de negociar com os auditores da Receita Federal o fim da greve da categoria, que já dura 17 dias e vem prejudicando a economia do Amazonas, em especial o Pólo Industrial de Manaus.

O senador classificou como grave a situação, uma vez que componentes das linhas de produção estão retidos nas aduanas. Ele ressaltou a importância do pólo, que, disse, emprega 100 mil trabalhadores de forma direta e pode faturar US\$ 25 bilhões este ano. Com a greve, já são 7 mil empregados em férias, informou.

Outro ponto abordado pelo parlamentar foi a falta de maternidades em seu estado, o que obriga brasileiras da fronteira a darem à luz na Colômbia.

Reforma tributária e medidas de apoio ao crescimento aprovadas pelo Legislativo ajudariam economia do país a sofrer menos com uma possível recessão nos Estados Unidos

Mercadante defende adoção de pauta construtiva pelo Congresso

O senador Aloizio Mercadante (PT-SP) sugeriu que o Congresso concentre esforços em uma pauta construtiva, voltada ao aprimoramento da legislação tributária e de fomento ao desenvolvimento. O caminho ajudaria o país, disse, a atravessar de forma segura a turbulência internacional, provocada pela crise financeira, e eventual recessão nos Estados Unidos.

Mercadante reconhece o papel fiscalizador do Congresso, mas adverte que a agenda não pode se resumir a denúncias e obstruções. Com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), lembrou que, nos últimos 60 anos, 2006 e 2007 foram os dois únicos a registrar taxa de crescimento da economia maior que a taxa de inflação. Segundo assinalou, a economia cresce a 6% neste início de ano, apesar do cenário adverso de recessão e de turbulência financeira internacional.



Para Mercadante, momento econômico do Brasil pede agenda de desenvolvimento

– Estamos num crescimento econômico puxado pelo mercado interno. Pesquisas do setor privado e dados do IBGE mostram que há uma massa de 20 milhões de pessoas que estão passando a uma situação de classe média, de acesso ao mercado – assinalou.

Ele destacou que as vendas de eletrodomésticos cresceram 40% e que o país já conta com

10,4 milhões de computadores, o que poderá favorecer a inserção do Brasil no século 21. O atual governo, continuou, desonerou a cesta básica, a cesta de material de construção e a compra e venda da casa própria, além de ter criado o crédito consignado, que tem facilitado o consumo de bens duráveis e melhorado o padrão de vida de amplos setores assalariados.

– É este Brasil que espera uma agenda da sustentabilidade e do desenvolvimento. Eu não acredito que, à crise internacional, o país possa estar totalmente imune. Mas, se hoje a mais grave crise financeira do pós-guerra não atinge o Brasil, é porque temos US\$ 195 bilhões em caixa, porque o crescimento da economia está pautado pelo consumo interno e pelo investimento. Os Estados Unidos são hoje apenas 15% de nossas exportações, quando eram, há cinco anos, 25% – observou.

João Tenório: reforma tributária deve resolver desequilíbrios regionais

João Tenório (PSDB-AL) disse que as duas propostas de reforma tributária em discussão no Congresso “são tímidas” na diminuição das diferenças entre estados mais ricos e mais pobres. Na sua opinião, tanto a proposta do governo, que tramita na Câmara, quanto a que está na Subcomissão da Reforma Tributária do Senado não vão além da criação de um fundo regional de desenvolvimento, do reforço dos fundos existentes ou da mudança da cobrança do imposto sobre o consumo nos estados de origem ou de destino das mercadorias.

– Transformar regiões muito

diferentes em menos diferentes requer vontade política e quantidades volumosas de recursos – advertiu João Tenório.

O senador chamou a atenção para o fosso entre a renda média mensal das pessoas empregadas no Sudeste (R\$ 935) com aquela observada no Nordeste (R\$ 490). O parlamentar argumenta que renda menor significa menor consumo e, portanto, um horizonte menos promissor para as empresas.

Outra deficiência dos estados do Nordeste é na infra-estrutura, motivo pelo qual muitos aderiram à oferta de incentivos fiscais, co-



João Tenório: propostas são tímidas para diminuir diferença entre estados

nhecida como guerra fiscal, para a atração de empresas.

No que se refere aos aspectos gerais da reforma, o senador por Alagoas pregou não só a redução da complexidade do atual sistema tributário, como a redução “da enorme carga de impostos, taxas e contribuições”.

Deputado cobra votação de projeto para a habitação

O presidente do Senado, Garibaldi Alves, recebeu ontem o deputado Geraldo Magela (PT-DF), que pediu pressa do Plenário na votação de projeto de sua autoria (PLC 18/02) que autoriza a compra de lote residencial de até 250 metros quadrados com recursos do

Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

O deputado apresentou a Garibaldi Alves assinado por ele e por representantes de diversos movimentos sociais alegando que essa será valiosa forma de combater o déficit habitacional enfrentado pelo país e facilitar o acesso do trabalhador à casa própria.

– Essa é a melhor forma de tirar o trabalhador do pagamento do aluguel – argumentou o

deputado ao sair da audiência.

Garibaldi Alves prometeu que, assim que for destravada a pauta de votações, se esforçará para colocar esse projeto na ordem do dia. Geraldo Magela deixou a Presidência do Senado anunciando que procuraria também os líderes partidários em busca de rapidez para a tramitação de seu projeto. A iniciativa já foi aprovada pelas comissões de Educação e de Assuntos Sociais do Senado.

Adelmir Santana quer recomposição de benefícios do INSS

Adelmir Santana (DEM-DF) chamou a atenção para a situação dos mais de 24 milhões de aposentados e pensionistas do país e reclamou a aprovação de projetos para recompor a defasagem de cerca de 70% dos benefícios em relação ao salário mínimo.

Ele lembrou que em 2007, enquanto o salário mínimo teve reajuste de 16,67%, os aposentados tiveram correção em suas pensões de apenas 4,3%, acompanhando apenas a inflação do período.

O senador lamentou que aqueles que já contribuíram tanto recebam tão pouco. Adelmir registrou que uma delegação de 200 aposentados e pensionistas foi recebida ontem pelo presidente do Senado, Garibaldi Alves, acompanhada dos senadores Mário Couto (PSDB-PA) e Paulo Paim (PT-RS), que reiteraram apoio às demandas.

– O compromisso selado foi de que os projetos aptos serão votados na próxima terça-feira – disse.

Augusto defende MP da regularização de terras na Amazônia

Augusto Botelho (PT-RR) defendeu a Medida Provisória 422/08, que amplia a possibilidade de regulamentação fundiária na região Norte, ao favorecer a emissão definitiva do título de propriedade. A matéria está na Câmara dos Deputados.

A proposta tem como finalidade aumentar a área rural da União na Amazônia Legal passível de regularização, por meio da concessão de título de propriedade ou de direito real de uso, dispensada licitação. O atual limite é de até 500 hectares e passaria para até 15 módulos fiscais.

– A mudança pode regularizar 92% das propriedades em Roraima. Vai permitir regularizar as terras, diminuir a grilagem e a exploração irregular da floresta – frisou Augusto Botelho.



Segundo Augusto Botelho, mudança pode regularizar 92% das terras em Roraima

Em dia marcado por intensos debates, CPI mista recusa convocação de funcionários públicos, Comissão de Serviços de Infra-Estrutura aprova depoimento de Dilma Rousseff

CPI dos Cartões rejeita 29 requerimentos de convocação

Ontem, senadores e deputados da CPI dos Cartões Corporativos rejeitaram 29 requerimentos de convocação para que funcionários públicos fossem ouvidos sobre o uso de cartões corporativos.

Os parlamentares da base do governo optaram pela rejeição dos requerimentos e os opositoristas votaram a favor, mas foram derrotados. Apenas um requerimento foi aprovado, de autoria dos deputados Índio da Costa (DEM-RJ) e Vic Pires Franco (DEM-PA), convocando o diretor do Banco do Brasil (BB) Alexandre Correa Abreu.

Foram rejeitadas pelos congressistas as convocações das servidoras Maria de La Soledad Bajo Catrillo e Erenice Alves Guerra, assessoras diretas da ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff. Também foram rejeitados requerimentos pedindo a presença de seis funcionários da Presidência da República: Anderson Pereira de Aguiar, Clever Pereira Fialho, Josafá Fernandes de Araújo, José Carlos Ferreira Fernandes, José Ivo de Souza Barbosa e José Roberto de Assis Possa. Os governistas ainda foram contrários à convocação do

presidente do BB, Antonio Francisco de Lima Neto.

Ao final da reunião, Flexa Ribeiro (PSDB-PA) leu carta do ex-secretário-geral da Presidência da República Eduardo Jorge Caldas Pereira, afirmando, em resposta ao deputado Paulo Teixeira (PT-SP), que não foi o responsável pela entrega de cópia de um dossiê sobre gastos do governo Fernando Henrique ao senador Alvaro Dias (PSDB-PR). Paulo Teixeira esclareceu que apenas havia questionado sobre essa possibilidade.

Marisa Serrano: definição sobre fim dos trabalhos só na próxima semana

A presidente da CPI dos Cartões Corporativos, Marisa Serrano (PSDB-MS), afirmou que não pretende encerrar os trabalhos antes da próxima semana, quando deverão depor os ministros dos Esportes, Orlando Silva; e da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca, Altemir Gregolin; a ex-ministra da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial Matilde Ribeiro; o ministro do Gabinete de Segurança Institucional, general Jorge Armando Félix; e o ex-ministro da mesma pasta, general Alberto Cardoso; além do diretor-geral da Agência Brasileira de Inteligência (Abin), Paulo Lacerda.

– Eu sou muito otimista. Essa CPI continua enquanto houver trabalho a ser feito – frisou.

A senadora informou ainda que se reunirá na próxima semana com o relator, deputado Luiz Sérgio (PT-RJ), e com o vice-presidente da CPI mista, deputado Marcelo Melo (PMDB-GO), para debater encaminhamentos futuros da comissão.

Marisa Serrano lembrou que a CPI tem prazo até 8 de junho, e que o relator vai lhe dizer o tempo que precisa para entregar seu parecer. Admitiu também acatar decisão do plenário da comissão dando mais tempo ao relator, caso seja necessário.

– Eu acredito que, com os depoimentos, muita coisa pode acontecer – avaliou. Em relação à possibilidade de Alvaro Dias ter divulgado um dossiê sobre gastos sigilosos, a senadora afirmou que essa não é uma questão a ser investigada pela CPI.

Marisa disse ter proposto ao presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), Walton Alencar Rodrigues, a liberação dos relatórios sobre abusos no uso de cartões corporativos.

– O TCU ficou de estudar. Já foi uma abertura – concluiu.



Gerardo Magela

Marisa Serrano diz que, com os depoimentos, muita coisa poderá acontecer



Gerardo Magela

A CPI recebeu ontem 72 caixas com documentos encaminhados pelos ministérios do Planejamento e da Previdência Social. Nelas há cópias de processos de prestação de contas da Conta Suprimento de Fundos em que se utilizou cheque e relação dos saques em dinheiro das contas tipo B, de 1998 até 2008, com dados de todos os ministros do período.

Serys repudia comparação de Mão Santa

A senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) apresentou ontem nota de repúdio às palavras do senador Mão Santa (PMDB-PI), que em discurso no dia anterior comparou a ministra Dilma Rousseff, chefe da Casa Civil, a “gali-

nhas que cacarejavam antes de pôr o ovo”. Na ocasião, Mão Santa usou expressões do livro *Minha Luta*, de Adolph Hitler, para fazer críticas às obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Serys considerou o discurso ofen-

sivo às mulheres e exigiu um pedido de desculpas.

– Espero, senador Mão Santa, que vossa excelência tenha refletido sobre suas palavras e que reveja o que foi dito. Que se retrate sobre esse episódio – disse.

Leopoldo Silva



Serys pede ao senador que “reflita e se retrate”

Dilma Rousseff Comissão de I

A reunião da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI), que é geralmente técnica, acabou transformando-se ontem em um embate político entre governo e oposição. É que, ao aprovar o requerimento de Flexa Ribeiro (PSDB-PA) convocando a ministra Dilma Rousseff, da Casa Civil, para falar sobre obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), o cole-



Entre Delcídio (E) e Jucá, Marconi Perillo

giado acolheu, em aditamento à proposta, outro requerimento para que a ministra também falasse, na mesma reunião, sobre cartões corporativos e sobre o vazamento do dossiê de gastos do ex-presidente Fernando Henrique e de sua esposa, Ruth Cardoso.

O líder do governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR), que chegou à sala da reunião logo depois da aprovação das matérias, protestou contra a aprovação do requerimento de aditamento, de autoria do próprio presidente da CI, senador Marconi

Perillo (PSDB-GO). Perillo argumentou que a convocação regimental para os cartões corporativos ou vazamento políticos. Classificação regimental” a decisão prometeu recorrer. Jucá prometeu recorrer sobre a decisão (PT-MS) chegou a de “insensatez”.

Logo em seguida, Perillo tirou o seu aditamento que já havia sido a-

Ministra tem 30 dias para comparecer

Marconi Perillo afirmou que encaminhará ofício à Casa Civil com a decisão de convocar, duas vezes, a ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff. A primeira convocação destina-se a ouvir a ministra sobre o andamento das obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC); a segunda, sobre a situação da hidrelétrica de Belo Monte (PA).

Marconi lembrou que, pela Constituição, a ministra terá 30 dias para cumprir as duas solicitações, sob pena de incorrer em crime de responsabilidade. Segundo ele, o Congresso é uma instituição soberana da República, que não pode ser desrespeitada.

Suplicy cobra esclarecimento

Eduardo Suplicy afirmou em Plenário que não tem opinião da senadora (PDT-CE) de que é “adequado” a ministra Civil, Dilma Rousseff, prestar esclarecimento com informações ex-presidente Fernando de dona Ruth, que foi zido por sua ordem. – Também tenho vista. Acho que precisamos um clima civilizado entre as partes – a-

Ideli cobra retratação

Ideli Salvatti (PT-SC) disse que Mão Santa deveria se retratar de declarações consideradas ofensivas à ministra Dilma Rousseff.

– O senador Mão Santa se excedeu e faltou com a urbanidade que o Regimento Interno

exige dos membros da Casa. Ao manifestar opinião contrária à ministra, usou expressões graves, descorteses e insultuosas. Para piorar, justificou-se valendo de remissão à doutrina nacional-socialista com o fito de estabelecer um

e, a pedido de líderes da oposição, Garibaldi Alves marca para terça-feira criação de CPI exclusiva do Senado para investigar uso de cartões corporativos pelo governo federal

deve depor na Infra-Estrutura



Márcia Kollme

materia sobrestada. Mas adiantou que senadores, quando Dilma Rousseff comparecer à reunião, poderão não se furtar a formular a ela questões a respeito do dossiê e do uso dos cartões. Do contrário, observou, “é fugir da transparência com relação aos gastos públicos”.

Rapidez

O requerimento de Marconi foi colocado em votação logo depois da abertura dos trabalhos da comissão. Nenhum parlamentar da base do governo estava presente à reunião no momento da aprovação do documento.

Durante o debate sobre o requerimento, a senadora Serys Slhessarenko (PT-MS) exortou a oposição “a deixar a ministra Dilma trabalhar”. Para a senadora, questões políticas envolvendo os cartões corporativos devem ser tratadas na CPI, e não em uma comissão técnica.

o preside reunião da comissão

). Romero Jucá armissão não tem atribuição para discutir cartões corporativos. O encaminhamento de dossiês ficou de “manobra política” do colegiado e não ao Plenário do Senado. Delcídio Amaral afirmou que não vai qualificar a decisão.

Marconi Perillo retornou ao requerimento, mas não foi aprovado, ficando a

defende requerimentos

cy (PT-SP) disse que concorda com a proposta de Patrícia Saboya e seria “próprio e necessário” para o chefe da Casa Civil, o senador José Sarney, vir ao Senado para discutir os pontos sobre o dossiê sobre gastos do governo. Henrique e não teria sido produzido.

no esse ponto de vista podemos construir um tratado, de respeito ao cidadão afirmou.

Garibaldi espera “limites éticos”

Ao mencionar a aprovação do requerimento de convocação da ministra Dilma Rousseff pela CI, o presidente do Senado, Garibaldi Alves, frisou esperar que o debate seja pautado por “limites éticos”.

Garibaldi comentou o acirramento dos ânimos relacionado à divulgação do dossiê supostamente elaborado pela Casa Civil e à afirmação de Mão Santa de que Dilma divulga as obras como uma “galinha cacarejadora”.

– Não há nenhuma receita [para acalmar os ânimos], a não ser os senadores se convencerem de que determinados debates talvez não interessem ao grande público – disse o presidente.

do senador

ilação absurda entre a ditadura do Führer (Hitler) e o governo legítimo, democrático e constitucional do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Ideli afirmou que o PT e as mulheres que militam no partido repudiam o nazismo.



Ideli afirma que militantes petistas repudiam o nazismo

CPI dos Cartões exclusiva do Senado deve ser criada na terça

A oposição fez pressão, ontem à tarde, pela leitura imediata do requerimento de criação de uma comissão parlamentar de inquérito no Senado para investigar irregularidades no uso de cartões corporativos pelo Executivo. O requerimento aguarda leitura na Mesa do Senado desde 19 de fevereiro. Os líderes do DEM, José Agripino (RN), e do PSDB, Arthur Virgílio (AM), no entanto, atenderam ao pedido do presidente da Casa, Garibaldi Alves Filho, para que a leitura fosse feita apenas na próxima terça-feira.

Garibaldi também convidou os líderes partidários no Senado a participarem de reunião na residência oficial da Presidência, na terça-feira, quando definirão uma pauta de trabalho para a Casa.

Em intenso debate no Plenário, oposicionistas defenderam a CPI exclusiva do Senado. Eles pretendem, com a nova comissão, garantir o direito de investigar os gastos efetuados pelo governo com os cartões corporativos – eles se dizem atropelados na CPI mista, por não conseguirem aprovar requerimentos de convocação como o da ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, ou o acesso aos gastos considerados secretos.

Agripino explicou que a atitude da oposição deveu-se à constatação, na reu-

nião de ontem da CPI mista, “de que a base do governo não quer investigar”. Wellington Salgado (PMDB-MG) afirmou que a atuação da base governista na CPI mista se repetirá na CPI do Senado.

Pedro Simon (PMDB-RS) criticou o governo por estar repetindo, no poder, os erros do PSDB e utilizando a “desculpa como justificativa”. Tião Viana (PT-AC) lembrou não ser possível a leitura imediata do documento de criação da CPI em Plenário porque há requerimentos anteriores.

– Isso não é problema. Se tiver mil requerimentos na frente, eu leio todos até chegar ao da CPI – garantiu Garibaldi, acrescentando que não estava ali “para segurar nenhuma CPI”. Ele mencionou ainda o fato de a sociedade querer que se apure o escândalo dos cartões corporativos, independentemente de a CPI ser “dominada por A, B, C ou D”.

A líder do governo, Ideli Salvatti (PT-SC), reconheceu o direito da minoria de



Leopoldo Silva

José Agripino (E) e Arthur Virgílio aceitaram sugestão de Garibaldi de ler na terça-feira o requerimento de criação da CPI

utilizar todos os instrumentos para se fazer ouvir, mas lembrou ser “a regra da maioria a principal regra da democracia” e pediu que todos “esfriem a cabeça”.

Para Heráclito, “blindagem nas CPIs é crime contra o Brasil”



Leopoldo Silva

Heráclito adverte que ONGs são “um duto de evasão de riquezas”

Heráclito Fortes (DEM-PI) afirmou que “a blindagem que se está fazendo nas CPIs é um crime contra o Brasil e um mau exemplo para as gerações futuras”. Ele se referiu à rejeição, pelos integrantes da base do governo, de requerimentos de informações e de convocações nas CPIs que apuram gastos com cartões corporativos e utilização de dinheiro público por ONGs.

Para Heráclito, as ONGs são “um duto de evasão de riquezas”. Ele lamentou que o governo permita “que recursos sejam desviados como se nada estivesse acontecendo”.

Alvaro Dias nega ter vazado informações sobre gastos de FHC



José Cruz

“Não empurrem para mim o que fizeram de mal”, diz Alvaro

Alvaro Dias (PSDB-PR) defendeu-se, durante a reunião da CPI Mista dos Cartões Corporativos, de acusações de parlamentares da base do governo de que teria deixado vazado para a revista *Veja* informações do dossiê sobre gastos do governo Fernando Henrique.

– Não fui eu. Não sou réu. Não me questionem. Não empurrem para mim o que fizeram de mau. Não joguem

nas minhas costas a responsabilidade que não tenho. Não há direito que garanta questionar um parlamentar por informações recebidas – afirmou, citando a Constituição.

Mão Santa: “Querem desviar o foco”

“Não fui desrespeitoso. Fiz uma análise comparativa e histórica, sem qualquer propósito de ofender quem quer que seja. Uma análise histórica do mundo. E tem que se saber. Aqui é a Casa do saber. Na verdade, o que querem mesmo é desviar

o foco da produção do dossiê contra o ex-presidente e sua esposa. Isso é que é o fato principal”, afirmou ontem o senador Mão Santa, explicando a comparação relativa a Dilma Rousseff.

Mão Santa ainda apelou aos

ministros dos Transportes e da Agricultura para que socorram os produtores de soja do cerrado piauiense. Mão Santa disse temer uma catástrofe devido ao péssimo estado da rodovia PI-397, que escoia quase toda a produção de soja.



Leopoldo Silva

Senador faz apelo aos ministros dos Transportes e Agricultura

Site Orkut, que pertence à empresa, abrigaria, segundo ONG, mais de 3 mil endereços com pornografia infantil

Diretores do Google devem esclarecer denúncia de pedofilia

A CPI da Pedofilia aprovou ontem requerimentos convocando o diretor-presidente do site Google no Brasil, Alexandre Hohagen, e o diretor de comunicação, Félix Ximenes, para prestarem depoimento na quarta-feira, às 9h.

Eles deverão esclarecer denúncia do presidente da ONG SaferNet Brasil, Thiago Tavares Nunes de Oliveira, de que o site de relacionamento Orkut, pertencente ao Google, abrigaria mais de 3 mil endereços com pornografia infantil. Essas páginas só podem ser vistas pelas pessoas autorizadas por seus criadores.

Os diretores do Google já haviam sido convidados para falar à CPI, mas, alegando compro-

missos, não compareceram. Mais cedo, o ex-ministro da Justiça Márcio Thomaz Bastos entrou em contato com o presidente da comissão, Magno Malta (PR-ES), informando ter sido contratado como advogado do Google.

Na terça-feira, a CPI terá reunião com o procurador Sérgio Suyama, do Ministério Público Federal em São Paulo, que catalogou centenas de páginas do Orkut com material de pedofilia.

A presidente do Supremo Tribunal Federal, ministra Ellen Gracie, comprometeu-se a colaborar com a CPI, indicando, inclusive, pessoas do Judiciário que têm tratado de pedofilia e crimes pela internet.



Ao lado do relator, Demostenes Torres, Magno Malta (E) preside reunião do colegiado

Magno Malta: CPI tem poderes para obrigar comparecimento

“Virão mesmo que seja debaixo de vara.” A afirmação foi feita em Plenário pelo presidente da CPI da Pedofilia, senador Magno Malta (PR-ES), antes de a comissão aprovar a convocação dos dois diretores do Google para falar sobre abusos cometidos no site de relacionamento Orkut, de propriedade da empresa.

Sobre a contratação do ex-ministro Márcio Thomaz Bastos, o senador contou que o jurista lhe telefonou para anunciar que está representando o Google. “Ótimo, mas gostaria de informar que estou convocando os diretores da empresa para falar à CPI na quarta-feira”, comentou Malta, antes de seguir para audiência com a presidente do Supremo Tribunal Federal, Ellen Gracie.

Durante a reunião da CPI na

última quarta-feira, o senador disse que fizera contato com o Google com o objetivo de obter a colaboração da empresa na investigação de páginas do Orkut contendo material pornográfico destinado a crianças e adolescentes. A princípio receptivos, os diretores, segundo afirmou, passaram a tratá-lo com evasivas. “Parecia conversa de bêbado com delegado”, comparou.

Lembrando que a CPI tem poderes judiciais e policiais para obrigar o comparecimento de qualquer pessoa, Malta informou que convocaria os dirigentes do Google na presença de um observador da empresa participante da reunião. Ele fez o anúncio durante exposição sobre pedofilia na internet realizada pelo presidente da SaferNet Brasil.

Nery protesta contra decisão da Justiça do Pará

O líder do PSOL, José Nery (PA), protestou ontem, no Plenário e na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), contra decisão do Tribunal de Justiça do Pará de arquivar o pedido de abertura de procedimento administrativo disciplinar contra a juíza da 3ª Vara Criminal Clarice Maria de Andrade. Segundo o senador, a juíza manteve uma adolescente de 15 anos detida com homens por mais de 20 dias em prisão na cidade de Abaetetuba (PA), apesar de ter sido informada pelo delegado sobre a situação.

Nery lembrou que a CDH discutiu o assunto em audiências públicas com a presença das principais autoridades daquele estado e disse que a comissão tem a obrigação de cobrar esclarecimento e justiça para esse fato, que classifica de grave. Ele afirmou que os debates sobre a situação da adolescente deram origem à criação da Subcomissão Permanente em Defesa da Mulher.

CDH vai debater em audiência o mercado informal

O ministro do Núcleo de Assuntos Estratégicos, Mangabeira Unger, será convidado a participar de audiência pública na Comissão de Direitos Humanos para discutir o mercado informal no Brasil, a participação dos salários na renda nacional e a nova estrutura sindical do país. Requerimento nesse sentido, de autoria do presidente da CDH, senador Paulo Paim (PT-RS), foi aprovado ontem pelo colegiado.

A comissão também aprovou a realização de audiência pública para debater os problemas do fundo Portus, de previdência complementar da Petrobras. O debate deverá ser realizado no dia 6 de maio, conforme anunciou o senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC), na presidência dos trabalhos da comissão.

O colegiado aceitou ainda a prorrogação por mais um ano do prazo de funcionamento da Subcomissão de Combate ao Trabalho Escravo.



Lúcia Vânia, com Adelmir, anuncia audiência dia 17 sobre queda nos coeficientes do FPM

Na eleição de Adelmir para vice, CDR pede combate à desigualdade

A Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) elegeu ontem o senador Adelmir Santana (DEM-DF) para a vice-presidência do colegiado. A presidente da comissão, senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO), destacou o fato de a escolha ter sido por unanimidade. Adelmir substitui Jonas Pinheiro, que morreu em fevereiro.

Sibá Machado (PT-AC) e Inácio Arruda (PCdoB-CE), que também ressaltaram a aprovação unânime de Adelmir Santana – indicado pela liderança do DEM –, aproveitaram a ocasião para mostrar a necessidade de aumento dos investimentos nas regiões menos desenvolvidas. Rosalba Ciarlini (DEM-RN) disse que as questões regionais fazem parte da vida do parlamentar.

Lúcia Vânia convidou Adelmir Santana para reforçar, junto à Presidência do Senado, a reivindicação de uma sala e de assessoria própria para a CDR. A senadora lembrou que o presidente que a antecedeu na comissão, senador Tasso Jereissati (PSDB-CE), já fez as mesmas reivindicações.

Municípios

A senadora informou que no dia 17 será debatida em audiência pública a redução dos coeficientes do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) em muitas cidades brasileiras, em razão do novo cálculo populacional feito pelo IBGE. Serão convidados o presidente do instituto, Eduardo Pereira Nunes, e representantes da Frente Nacional dos Prefeitos e da Confederação Nacional dos Municípios.

Senador vê no turismo uma forma de reduzir disparidades regionais

Ao agradecer sua escolha para vice-presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, Adelmir Santana destacou a importância do turismo para o desenvolvimento regional. O turismo, observou ele, envolve mais de 50 atividades e repercute diretamente nos setores de comércio e serviços.

O senador, que é vice-presidente da Confederação Nacional do Comércio (CNC), assinalou que sua atuação no colegiado é o coroamento do trabalho como representante dos setores de comércio e serviços. A CNC, comentou, tem projetos e interesses na área do turismo, que é um dos temas principais tratados pela comissão.

– Agora, como vice-presidente, procurarei me informar com maior densidade das matérias sobre turismo que tramitam nesta comissão – declarou.

O turismo é uma questão-chave do desenvolvimento regional no Brasil, enfatizou o parlamentar, acrescentando que “a CDR trabalha com uma visão do Brasil, uma visão nacional, para diminuir as desigualdades regionais”.

Adelmir Santana lembrou sua liderança nos setores de comércio e serviços. Ele citou seu trabalho no Sistema Fecomércio-DF, que agrega a Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo, o Serviço Social do Comércio (Secs), o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac) e o Instituto Fecomércio no âmbito do DF.

Natural de Nova Iorque, no Maranhão, Adelmir Santana mudou-se para o Distrito Federal em 1964. Formado em Administração de Empresas pelo Centro Universitário de Brasília (Ceub), o novo vice-presidente da CDR foi também funcionário público.

Rosalba pede ajuda federal contra cheias no Rio Grande do Norte

O Rio Grande do Norte está sofrendo as consequências das fortes chuvas que têm caído na região Nordeste, disse Rosalba Ciarlini (DEM-RN). A senadora pediu ao governo federal que envie abrigo, alimentos e medicamentos para a população do estado.

– É urgente, urgentíssimo, para não virar uma catástrofe. É situação de calamidade – afirmou.

Rosalba acrescentou que o Rio Grande do Norte é o quarto estado do país com maior número de casos de dengue, proporcionalmente à população. “E agora, com alagamento, a situação só tende a piorar”, enfatizou.

A senadora citou diversos municípios que decretaram estado de calamidade, e cidades que estão isoladas, com a queda de pontes e alagamento de estradas. Disse que os açudes estão com suas comportas abertas, pois já atingiram seu limite de acumulação.



Leopoldo Silva

É “urgentíssima” a necessidade de abrigo, alimentos e medicamentos, diz Rosalba

Também lamentou que as plantações de banana, manga e melão estejam “comprometidas em sua totalidade”. A região salineira do estado, aditou, também passa por situação de muita dificuldade.

Em aparte, José Agripino (DEM-RN) afirmou que esse é o caso específico para se editar uma medida provisória, já que se trata de uma situação de emergência.

João Vicente Claudino solicita atenção para enchentes no Piauí

As rodovias BRs 343, 403 e 135 estão intransponíveis em razão das chuvas, e 20 municípios do Piauí já decretaram estado de emergência, informou João Vicente Claudino (PTB-PI), pedindo a atenção dos governos municipais, estadual e federal para as enchentes no estado.

O senador disse que o açude Ingazeira, na cidade de Paulistana, há 33 anos não abria suas comportas, mas agora foi necessário fazê-lo. Revelou ainda que os dois principais rios que cortam o estado, o Parnaíba e Poti, subiram “de maneira assustadora”. A produção agrícola, acrescentou, começa a ficar prejudicada.

Claudino também informou ter requerido votos de aplauso à prefeitura de Teresina e ao secretário municipal de Educação, Washington Bonfim, pelo alto nível de atendimento educacional



Moisés Moriz

Claudino explica que 20 municípios do estado decretaram estado de emergência

atingido na cidade; e à judoca Sara Menezes, que representará o Piauí na Olimpíada de Pequim.

Parabenizou ainda o ministro da Integração Nacional, Pedro Brito, pela retomada das obras do porto de Luis Corrêa (PI), e o presidente do jornal *Diário do Povo* (de Teresina), Danilo Damásio, pelo prêmio Mérito Lojista.

Comissão aprova seis audiências públicas

A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) aprovou, além da convocação da ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, mais cinco requerimentos de audiência pública.

A primeira irá tratar de licenciamento e matriz energéticas. Na segunda, será discutida a situação do porto de Luís Corrêa, no Piauí. O atual estágio de construção da Ferrovia Transnordestina será o tema da

terceira audiência aprovada.

O quarto requerimento prevê o debate de projetos de lei que tratam de movimentação e armazenagem de mercadorias importadas e da legislação aduaneira. A CI acolheu ainda audiência para discutir a situação das empresas distribuidoras de energia elétrica que estão sob controle da Eletrobrás e das distribuidoras estaduais de energia de Roraima e Amapá.

Projeto de senador também obriga o anúncio, na propaganda eleitoral no rádio e na TV, de candidato que responde a representação por quebra de decoro parlamentar

Simon quer divulgação do nome de candidato réu em ação penal

Pedro Simon (PMDB-RS) pediu apoio dos senadores para aprovação do projeto de sua autoria que obriga a Justiça Eleitoral a divulgar aos domingos, no horário da propaganda eleitoral no rádio e na televisão, os nomes dos candidatos que sejam réus em processos criminais ou que respondam a representações por quebra de decoro parlamentar. O Tribunal Regional Eleitoral, conforme a proposição, deve informar ao eleitor o nome com o qual o candidato tenha sido registrado, o cargo ao qual concorre e o número e o objeto do processo.

A proposta (PLS 255/06) determina ainda que, no começo e no final do programa, a Justiça Eleitoral deverá observar que os



Leopoldo Silva

Simon diz que orientação a juízes, em encontro, adota princípio semelhante

candidatos citados não são considerados culpados até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória ou até que o órgão legislativo competente decida pela perda do mandato. A matéria está tramitando na Comissão de

Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), onde tem como relator Jefferson Péres (PDT-AM).

Rigor

Simon reportou-se a encontro de presidentes de Tribunais Regionais Eleitorais em Natal, semana passada, onde a orientação aos juízes para as próximas eleições teria seguido princípios parecidos com os de sua proposta. “Dali saiu a Carta de Natal, que sugere rigor na prestação de importantes informações da vida pregressa de candidatos”, disse.

No discurso, o senador se referiu a outro projeto seu (PLS 84/08 – Complementar) analisado pelos magistrados no encontro da capital potiguar, que determina a inelegibilidade do candidato que responda a processo judicial.

Cristovam: entrevista de Garibaldi merece uma “reflexão profunda”

Cristovam Buarque (PDT-DF) lamentou a falta de repercussão, no Congresso, da entrevista do presidente do Senado, Garibaldi Alves Filho, publicada na última edição da revista *Veja*, na qual afirma que o Legislativo está agonizante e que muitos políticos usam o mandato apenas em proveito próprio.

– O que o presidente Garibaldi disse exige uma reflexão profunda do Congresso. Lamentavelmente, passou a segunda, a terça, a quarta, estamos na quinta-feira e não vemos o menor debate, nenhuma reflexão aqui dentro sobre essa entrevista. Cada um de nós faz

aqui o seu discurso, vai embora e ninguém debate – disse.

Para Cristovam, o Legislativo precisa recuperar a credibilidade perante a opinião pública dedicando-se a discutir temas de interesse da sociedade e a formular políticas para o futuro do país.

– O Congresso não pode se limitar à denúncia. Sinceramente, hoje, dá vontade de sermos oposição à situação e sermos oposição à oposição também, pois não estamos vendo debate de idéias, não estamos vendo a confluência, como já houve neste Congresso há muito tempo.

Na opinião de Cristovam, o Le-



Leopoldo Silva

Cristovam cobra ação para Congresso Nacional recuperar a credibilidade

gislativo deve formular soluções para combater a desigualdade social e regional, a criminalidade e a corrupção, entre outros temas.

– Só para dar uma idéia: quando é que vamos discutir aqui, com clareza, como sair do atraso em que o Brasil está ficando em relação aos outros países?

Senado homenageará Assis Chateaubriand

O Senado aprovou ontem requerimento de homenagem à memória do jornalista Assis Chateaubriand, que atuou entre 1925 e 1960, tendo participado dos principais momentos da vida nacional. Ele foi também advogado, político, diplomata e agropecuarista, entre outras atividades.

Chateaubriand idealizou um programa de elevação do nível cívico e cultural do povo brasileiro, por meio de debates das grandes questões nacionais e do incentivo à ciência, à arte e às letras.

O Senado acolheu ainda requerimento adiando, do dia 11 para data a ser marcada, a sessão especial destinada a comemorar os 27 anos da Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais.

Senador recebe membros da Família Franciscana

O presidente do Senado, Garibaldi Alves, recebeu na tarde de ontem membros da Família Franciscana do Brasil. Eles estavam acompanhados pelo senador Pedro Simon (PMDB-RS), que é membro da ordem.

Os religiosos convidaram Garibaldi a participar do encontro latino-americano e caribenho que celebrará, entre os dias 17 e 19 de outubro de 2008, em Brasília, o 8º Centenário do Carisma Franciscano.

Garibaldi também recebeu a visita do ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Humberto Gomes de Barros, que o convidou para a sua posse na presidência da instituição, segunda-feira.



Roseana lembra que Ingrid Betancourt é refém das Farc desde fevereiro de 2002

Roseana apela por ex-senadora seqüestrada

A senadora Roseana Sarney (PMDB-MA) fez ontem, em Plenário, um apelo pela vida da ex-senadora colombiana Ingrid Betancourt, refém das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc) desde fevereiro de 2002. Quando foi seqüestrada, Ingrid era candidata a presidente daquele país e, hoje, corre o risco de morrer no cativeiro por falta de atendimento médico.

Segundo Roseana, Ingrid foi aprisionada em função do combate contra os narcotraficantes que sustentam as Farc e contra a corrupção na Colômbia.

– Ela lutava contra indignidades na política e na vida. Por elas foi confinada, reduzida a refém, preciosa mercadoria de troca, sobrevivendo em condições subumanas – lamentou a senadora, enfatizando o apelo para que Ingrid Betancourt e outros 3 mil reféns das Farc não sejam esquecidos pelo Congresso brasileiro.

A parlamentar conclamou ainda a população brasileira a juntar forças para tentar salvar a vida da colombiana, ressaltando que Ingrid representa a luta contra a violência levada ao extremo, exemplificada nos seqüestros.

Em aparte, o presidente do Senado, Garibaldi Alves, endossou a solidariedade, observando nunca ter visto um quadro tão degradante para o ser humano quanto a imagem de Ingrid Betancourt no cativeiro.

Por sua vez, o senador José Nery (PSOL-PA) ponderou que a recente invasão do território do Equador por militares da Colômbia, que resultou na morte de um líder das Farc, comprometeu o diálogo diplomático em busca de uma solução pacífica para o conflito. José Nery reconheceu, no entanto, que os apelos em favor da libertação de Ingrid Betancourt “vão se tornando uma bandeira desfraldada em várias partes do mundo”.

Indicados para representar o país nos Emirados Árabes e na Síria são aprovados pela Comissão de Relações Exteriores. Nomes precisam ainda ser submetidos ao Plenário

Embaixador busca investimentos dos Emirados Árabes no Brasil

O futuro embaixador brasileiro nos Emirados Árabes Unidos, Raul Campos e Castro, pretende atrair para o país parte dos US\$ 900 bilhões que compõem o fundo soberano de Abu Dhabi. A intenção foi anunciada ontem pelo diplomata, quando a sua indicação para o posto recebeu parecer favorável da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE).

Os fundos soberanos administram grandes reservas internacionais de países exportadores de petróleo ou de produtos manufaturados. Entre os mais importantes, estão os de Cingapura, China e Emirados Árabes.

Castro informou aos senadores que uma das prioridades de seu trabalho será conhecer melhor o fundo, para saber em que medida será possível “atraí-lo para aplicações no Brasil”. O embaixador levantou também a possibilidade de se estabelecer um acordo de cooperação na área de exploração de petróleo. Isso porque, além da atual reserva de aproximadamente 100 bilhões de



Raul Campos e Castro, Edgard Antonio Casciano e Eduardo Azeredo na CRE

barris, os Emirados Árabes podem contar com novas reservas na chamada camada pré-sal, cuja exploração exige tecnologia que já vem sendo desenvolvida pela Petrobras.

O relator da mensagem de indicação de Castro foi o senador Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE), que apontou em seu parecer, como “prioridade absoluta” da política externa dos Emirados Árabes, a busca de segurança e estabilidade para a região do Golfo Pérsico.

Síria

A CRE aprovou também a indicação de Edgard Antonio Casciano para o cargo de embaixador do Brasil na Síria. O relator da mensagem foi o senador Romeu

Tuma (PTB-SP), que ressaltou a sua condição de descendente de sírios ao apresentar seu voto favorável.

Aos senadores, Casciano se referiu à importância da comunidade de descendentes de sírios no país. Mas observou que, atualmente, as relações entre as duas nações vão além

do que chamou de “laços humanos”. Na opinião do diplomata, o Brasil tem uma “importante contribuição” a dar ao Oriente Médio, a partir de sua história de “harmoniosa convivência” entre descendentes de imigrantes de várias partes do mundo, entre os quais judeus e muçulmanos.

Casciano reconheceu que o comércio bilateral está “muito aquém” de suas possibilidades, com exportações brasileiras de US\$ 200 milhões em 2006 e importações de US\$ 40 milhões. Ele prometeu empenhar-se também na ampliação das relações culturais entre os dois países.

As duas indicações serão ainda submetidas ao Plenário do Senado.

Comissão pede a libertação de Ingrid Betancourt

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional aprovou ontem apelo às Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc) para que libertem “o mais breve possível” a ex-senadora Ingrid Betancourt, seqüestrada há seis anos e que se encontra em precárias condições de saúde. O apelo está contido em voto de solidariedade à mãe de Ingrid, Yolanda Pulecio, apresentado pelo senador Eduardo Suplicy (PT-SP).

No requerimento, que contou com voto favorável do relator *ad hoc*, senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC), Suplicy afirma que a libertação da ex-senadora e ex-candidata à Presidência da República da Colômbia poderá contribuir para o sucesso de um acordo humanitário proposto pelo governo colombiano para a troca

de reféns por rebeldes presos.

Foi igualmente aprovado requerimento do senador José Nery (PSOL-PA) para realização de audiência pública com integrantes da Comissão de Paz da Câmara de Representantes do Poder Legislativo colombiano e com o embaixador da Colômbia no Brasil, Tony Jozame Amar. A audiência serviria para a “troca de informações acerca do esforço humanitário que visa à liberação dos reféns das Farc, bem como presos que se encontram nos cárceres colombianos”.

O requerimento foi acolhido depois que José Nery concordou em retirar do texto a expressão “presos políticos” e trocá-la por “presos”. Os senadores Eduardo Azeredo (PSDB-MG), Cristovam Buarque (PDT-DF) e Eduardo Suplicy ponderaram que, ao men-

cionar a expressão “presos políticos”, a comissão estaria tomando partido no conflito entre as Farc e o governo colombiano.

Suplicy apresentou dois outros requerimentos, também aprovados. O primeiro deles solicita que o Senado acompanhe “com atenção” os entendimentos para garantir o “processo de aperfeiçoamento das instituições democráticas da Bolívia”.

O segundo requer a inclusão do conteúdo da reportagem “O Brasil na academia da repressão”, publicada pela revista *IstoÉ*, entre os temas a serem tratados com o ministro da Defesa, Nelson Jobim, em audiência pública. A matéria trata do treinamento de militares brasileiros na Escola das Américas, conhecida, disse Suplicy, pelo “triste apelido de Escola de Assassinos”.



Eduardo Suplicy anuncia a inauguração de centro com o nome do diplomata

Suplicy quer garantir homenagem a Sérgio Vieira de Mello

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) anunciou a inauguração de uma fundação em Genebra, Suíça, e de um centro no Rio de Janeiro em homenagem ao diplomata Sérgio Vieira de Mello, morto durante atentado terrorista em Bagdá, no ano de 2003, quando chefiava missão da ONU no Iraque.

Eduardo Suplicy disse estar preocupado com a informação de que a fundação de Genebra seria regida pelo Código Civil suíço. Isso pode significar, alertou, que qualquer iniciativa de utilizar o nome de Sérgio Vieira de Mello, mesmo que em homenagem ao diplomata, necessitará de autorização da fundação. O senador solicitou ao ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, conselheiro da fundação, que a mãe e a companheira do ex-diplomata não sejam impedidas de prestar homenagem a ele.

Camata registra os 200 anos da criação de tribunal militar

Em pronunciamento, o senador Gerson Camata (PMDB-ES) registrou a solenidade dos 200 anos de instalação do Superior Tribunal Militar (STM), realizada terça-feira em Brasília.

– Foi a primeira corte da América do Sul, instalada pelo príncipe regente dom João VI, com o nome de Conselho Supremo Militar e de Justiça, e constituiu o embrião de todas as cortes superiores brasileiras – observou.

O parlamentar relatou que, na “belíssima cerimônia de comemoração”, foram agraciados com menções honrosas e medalhas alusivas ao evento os senadores Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) e Eduardo Suplicy (PT-SP).

Camata também enalteceu a legislação da Itália relativa à concessão de cidadania a estrangeiros descendentes de italianos.